



**Revista de Administração e Contabilidade**

*Volume 7, número 3*

*Feira de Santana, setembro/dezembro 2015, p. 56 – 65*

*ISSN: 2177-8426*

## **Análise da transparência na divulgação de informações no ambiente da Internet por municípios amazonenses**

*Analysis of Transparency in disclosure of information through the internet by municipalities of the State of Amazonas*

**Jansen Lima Brito<sup>1</sup>**

**Katy Ann Matos Aquino<sup>2</sup>**

**Maria Júlia Araújo Conceição<sup>3</sup>**

**Milanez Silva Souza<sup>4</sup>**

### **RESUMO**

A transparência nas finanças públicas constitui um dos aspectos básicos da responsabilidade fiscal. As regras sobre a transparência têm evoluído com a sociedade, exigindo a divulgação de diversas informações do setor público por meio de sítios na Internet. Diversas pesquisas têm estudado a aderência a essas regras, por parte dos órgãos públicos. O presente trabalho objetiva analisar a transparência na divulgação de informações de contas públicas dos municípios do Estado do Amazonas, mediante identificação e acesso aos respectivos sítios. Os resultados mostraram que a maior parte dos municípios não divulga, ou divulga parcialmente as informações exigidas. Pode-se concluir que os municípios amazonenses apresentam baixo nível na divulgação de informações de suas contas por meio da Internet.

**Palavras-chaves:** Contas públicas. Transparência. Divulgação. Ambiente de Internet.

### **ABSTRACT**

*The transparency in public finances is one of the basic aspects of fiscal responsibility. The rules on transparency have evolved with society, demanding the disclosure of several public sector information through Internet sites. Several researchers have studied the adherence to these rules, by public bodies. This work aims to analyze transparency in disclosure of public accounts of the municipalities of the state of Amazonas, through identification and access to their sites. The results showed that most municipalities do not disclose or partially disclose the information required. It can be concluded that the Amazonian municipalities have a low level of disclosure of information about their accounts via the Internet.*

**Keywords:** Public Accounts. Transparency. Disclosure. Internet environment.

---

1 Especialista em Direito Tributário pela Universidade Federal do Amazonas. Auditor Fiscal da Receita Federal em Manaus-AM.

2 Especialista em Gestão Pública pela Universidade Federal do Amazonas.

3 Especialista em Auditoria Interna e Externa pelo Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas.

4 Doutorado em Administração pela Universidade de São Paulo. Professora Adjunta da Universidade Federal do Amazonas.

## 1 INTRODUÇÃO

A atividade do gestor público tem merecido crescente atenção por parte da sociedade, em razão do desenvolvimento da vigilância da sociedade com relação às contas públicas.

Os conceitos e estudos relativos à atividade pública têm passado por um processo de discussão e desenvolvimento.

Essa evolução se revela na cobrança, por parte da sociedade civil organizada, de uma gestão pública responsável, bem assim, do aprimoramento de debates e trabalhos que procuram elucidar e consolidar princípios e sua aplicação na realidade, como é o exemplo do conceito de *accountability*, discutido por Campos em 1987 e amplamente estudado ao longo do tempo, objeto de diversas pesquisas, como abordado por Pinho e Sacramento (2009).

A sociedade tem buscado aperfeiçoar os mecanismos de prestação de contas, de modo a tornar as informações públicas mais acessíveis, compreensíveis e efetivas para o usuário.

Com a evolução social e tecnológica, novas ferramentas revelam-se mais adaptadas à realidade, pela sua eficiência e efetividade ao servir como veículo de comunicação. Desse modo, a prática do uso dos meios para acesso às informações contribui para uma cultura de controle social.

Conforme verificado em trabalhos realizados, a criação de endereços eletrônicos para disponibilização de informações públicas tem ocorrido em todos os níveis de governo. Tem-se verificado evolução no uso dos portais para acesso às informações públicas, apesar de incipiente a estrutura fornecida pelo ente público e a prática por parte do usuário.

Sendo assim, torna-se necessário o conhecimento sobre a organização das entidades públicas, no que se refere à prestação de contas por meio da Internet.

Isso porque, apesar de a legislação prever regras que assegurem esse processo, nem sempre ocorre efetivamente o seu cumprimento. De acordo com Viana *et al.* (2013), Vieira (2011), Nunes *et al.* (2013) e Lock (2003), diversos trabalhos apontam a insuficiência na prestação de informações por meio de portais na Internet.

Sobre esse aspecto, faz-se necessária a verificação do nível de compreensão e utilidade da informação divulgada em Internet, para efetivo exercício do controle social, como prática de cidadania, propiciando o alcance dos objetivos dos sistemas e regras de prestação de informações públicas.

Dessa forma, o objetivo do presente estudo é analisar o nível de transparência praticada pelos municípios do Estado do Amazonas, na divulgação de informações sobre contas públicas em ambiente da Internet.

Especificamente, objetiva-se descrever os critérios legais a respeito da divulgação de informações sobre as contas públicas, identificar os sítios na Internet usados para divulgação de informações sobre as contas públicas, demonstrar as espécies de informações disponibilizadas pelos municípios em sítios da Internet e analisar o nível de adequação das informações disponibilizadas aos critérios legais.

O presente trabalho trata de divulgação de contas públicas na Internet, considerando como significativos os tópicos *accountability*, exigências legais para divulgação de contas públicas e grau de transparência nos municípios. Como resultados, espera-se concluir que os municípios amazonenses não disponibilizam de forma satisfatória as informações sobre as contas públicas em ambiente da Internet.

Essa consideração alinha-se com a literatura existente sobre o tópico, conforme diversos trabalhos que concluíram ser ainda limitada a efetividade da transparência em portais eletrônicos.

Na próxima seção aponta-se o referencial teórico sobre a questão.

A seguir registram-se a metodologia aplicada, bem como a descrição dos dados usados.

A seção de resultados identifica e discute os resultados principais da pesquisa.

Por último, formulam-se o resumo e as conclusões do estudo.

## 2 REVISÃO DE LITERATURA

Conforme contexto amplo na literatura, a prestação de contas por parte do gestor público deve atender a critérios legais, e também fornecer informações adequadas à compreensão por parte do usuário, de modo a viabilizar controle social e exercício da democracia.

Segundo Raupp e Cretani (2010) a prestação de contas é elemento básico da *accountability*, capaz de fomentar confiança entre governantes e governados. Os tópicos transparência, divulgação e prestação de contas públicas são recorrentes e constantemente debatidos sobre a Administração Pública, contribuindo para uma sociedade melhor e mais democrática.

Rausch e Soares (2010) destacam o embasamento para análise da sociedade sobre a adequada aplicação dos recursos públicos, que pode manifestar indignação em casos adversos.

Para Bezerra e Wanderley (2012), a prestação de contas vai além do mero cumprimento de normas legais, enfocando a qualidade do gasto e dos resultados efetivos na gestão dos recursos públicos.

A transparência também afeta a conduta do gestor. Para Pires et al. (2010) esse conceito se refere ao conjunto de atividades fiscais e financeiras do governo, evidenciando os diversos aspectos da atividade.

Martins *et al.* (2012) citam os dispositivos legais, destacando o art. 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), transparência pública, e a Lei Complementar nº 131/2009. Nesse sentido também o fazem Nunes *et al.* (2013).

Segundo Avelino (2013), “a transparência deve caracterizar todas as atividades realizadas pelos gestores públicos, de forma que os cidadãos tenham acesso e compreensão daquilo que os gestores governamentais têm realizado, após o poder de representação que lhes foi confiado”.

Nunes *et al.* (2013) também salienta que a informação dos atos do gestor “deve estar acessível a todos os interessados, deve ser evidenciada de forma a possibilitar o controle pela sociedade”.

No campo normativo, a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, dispo sobre o acesso à informação, aplicada à União, Estados, Distrito Federal e Município, tornou obrigatória a divulgação, em sítios da Internet, de informações de interesse coletivo ou geral, sendo que dispensou de tal obrigação os municípios com população de até 10.000 habitantes.

Vieira (2011) pondera que no Brasil não há falta de legislação sobre o assunto, mas de cumprimento efetivo das disposições legais e disponibilização real das informações.

Ainda sobre a transparência Platt Neto *et al.* (2007) apresenta seus elementos ou dimensões: a publicidade, a compreensibilidade e a utilidade para decisões.

Estudos mostraram a insuficiência das informações divulgadas, para efetivo cumprimento de seus objetivos. Citam-se os trabalhos de Cruz *et al.* (2010), Nunes *et al.* (2013) e Tamer *et al.* (2012).

Tema de grande relevância nesse contexto diz respeito à *accountability*, que se refere ao dever de responder pelos atos e dar explicações, conforme estudos de Russo (2012) e Cruz *et al.* (2012). Estudando a evolução do conceito, desde o início de seu emprego por Anna Maria Campos em 1987, Pinho e Sacramento (2009) asseveram não existir em língua portuguesa um termo que, isoladamente, traduza plenamente essa palavra, que encerra “a responsabilidade, a obrigação e a responsabilização de quem ocupa um cargo em prestar contas segundo os parâmetros da lei, estando envolvida a possibilidade de ônus, o que seria a pena para o não cumprimento dessa diretiva”.

Desse modo, os pontos principais dos temas da revisão da literatura são: prestação de contas, transparência, *accountability* e portais na Internet.

As principais conclusões dos autores sobre o tema são, resumidamente, que tem havido evolução na cultura e na legislação, de forma a exigir do gestor público a devida prestação de contas para com a sociedade, com a efetiva divulgação de informações de forma clara e útil ao usuário, colaborando com o controle social.

Apesar da evolução legal e tecnológica, os trabalhos apontam a insuficiência na prestação das informações pública por meio de portais eletrônicos.

O Estado do Amazonas possui 62 municípios, com uma população total de 3.480.937 habitantes, segundo dados do Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010. Desses municípios, oito têm mais de 50.000 habitantes, 49 situam-se na faixa de 10.000 a 49.999 habitantes, e cinco possuem menos de 10.000 habitantes. Destaca-se a capital Manaus, cuja população de 1.802.525 habitantes a qual representa 51,78 % do total do Estado.

A principal contribuição da presente pesquisa para o tema é ajudar na compreensão da realidade dos municípios amazonenses, relativamente ao grau de transparência na divulgação de informações públicas por meio do ambiente da Internet.

### 3 METODOLOGIA

A metodologia da pesquisa tem por objetivo descrever o plano operacional do estudo. Segundo Martins (2000), significa responder, explicar e justificar as questões: **como fazer? Com que fazer? e Quando fazer?** a investigação.

Este artigo apresenta os resultados de uma pesquisa realizada durante o ano de 2013 nos municípios do Estado do Amazonas. Quanto aos objetivos é de natureza descritiva, visando descobrir “quem, o que, onde, quando ou quando”, que em estudos *ex post facto* os “pesquisadores não têm controle sobre as variáveis no sentido de poderem manipulá-las” e os estudos transversais são feitos uma vez (COOPER & SCHINDLER, 2003). Foram utilizados também os procedimentos bibliográficos e de investigação documental nas Prefeituras

Municipais. Identifica-se a fonte de dados como primária, eis que a exploração é realizada diretamente na Internet, sobre os documentos preparados pelos profissionais municipais.

Inicialmente, foi realizada uma pesquisa bibliográfica sobre o tema com base em livros, artigos e dissertações em algumas bases de dados *on-line* (EBSCO e Periódicos CAPES). Segundo Raupp e Beuren (2004) caracteriza-se assim pelo manuseio de material já elaborado e publicado. “É o levantamento de todo o referencial já editado em relação à temática de estudo desde periódicos, monografias, dissertações, teses, livros, publicações avulsas, boletins, documentos eletrônicos, entre outros”. Essa fase visou compreender melhor os aspectos relacionados ao tema estudado, dando maior embasamento aos pesquisadores.

Posteriormente, foram coletados os dados referentes às informações analisadas na pesquisa (Lei Orçamentária Anual (LOA), Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO), Relatório da Gestão Fiscal (RGF) e as versões resumidas destes relatórios) no sítio de cada prefeitura disponível na Internet. Para localizar e acessar os sítios das prefeituras, utilizaram-se as ferramentas de busca disponíveis no sítio da empresa Google® ([www.google.com.br](http://www.google.com.br)).

Durante a pesquisa, verificou-se que o sítio da Associação Amazonense de Municípios – AAM ([www.aam.org.br](http://www.aam.org.br)), oferece o Portal da Transparência dos Municípios do Amazonas ([www.transparenciamunicipal.com.br](http://www.transparenciamunicipal.com.br)), evidenciando informações financeiras referentes às contas públicas de alguns dos municípios amazonenses. Dessa forma, as informações financeiras disponibilizadas neste sítio foram utilizadas como base de dados da pesquisa. O período pesquisado foi o ano de 2013.

Por fim, após a coleta dos dados, os mesmos foram tabulados para formação de banco de dados consistente à apuração do censo.

Quanto à abordagem, caracteriza-se como quantitativa, por empregar instrumentos estatísticos para coleta e tratamento dos dados, atendo-se ao comportamento geral dos fenômenos, sem uma análise mais profunda sobre sua realidade.

#### 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para a coleta dos dados, foram verificados os sítios usados como meio de publicação das informações analisadas, para aferição da frequência de divulgação exigida pela LRF.

A quase totalidade dos municípios não dispõe de sítio próprio, divulgando suas informações no portal eletrônico disponibilizado pela Associação Amazonense de Municípios.

**Tabela 1** – Frequência de publicação exigida pela Lei de Responsabilidade Fiscal – Todos os municípios do Estado do Amazonas

Todos os municípios	LOA		RREO		RGF	
	qt	%	qt	%	qt	%
Municípios que publicam	31	50,00	9	14,52	6	9,68
Municípios que não publicam	27	43,55	48	77,42	52	83,87
Municípios que publicam parcialmente	4	6,45	5	8,06	4	6,45
TOTAL	62	100,00	62	100,00	62	100,00

**Fonte:** Elaboração dos autores

No contexto demonstrado na Tabela 1, verifica-se que 31 municípios, ou seja, 50% não publicam a **LOA**, 27 dos municípios, ou seja, 43,55% publicam. 4 municípios, ou seja, 6,45% publicam parcialmente, na coluna referente ao **RREO**, que 9 dos municípios, ou seja, 14,52% publicam; 48 municípios, ou seja, 77,42% não publicam, 5 municípios, ou seja, 8,6% publicam parcialmente. Na coluna do **RGF**, 6 municípios, ou seja, 9,68% publicam; 52 municípios, ou seja, 53,87% não publicam; que 4 municípios, ou seja, 6,45% publicam parcialmente.

**Tabela 2** – Frequência de publicação exigida pela Lei de Responsabilidade Fiscal – Municípios amazonenses com população acima de 50.000 habitantes

Municípios acima de 50.000 hab	LOA		RREO		RGF	
	qt	%	qt	%	qt	%
Municípios que publicam	3	37,50	2	25	2	25
Municípios que não publicam	4	50,00	4	50	5	62,5
Municípios que publicam parcialmente	1	12,50	2	25	1	12,5
TOTAL	8	100,00	8	100,00	8	100,00

Fonte: Elaboração dos autores

No contexto demonstrado na Tabela 2, dentre os municípios com 50.000 habitantes ou mais, distingue-se que 37% publicam a **LOA**; que 50% não publicam; e que 12% publicam parcialmente. Na coluna do **RREO** 25% publicam, ou seja, que 50% não publicam; 25% publicam parcialmente. Na coluna do **RGF**, 25% publicam; e 62,5% não publicam e que 12,5% publicam parcialmente.

**Tabela 3** – Frequência de publicação exigida pela Lei de Responsabilidade Fiscal – Municípios amazonenses com população de 10.000 a 50.000 habitantes

Municípios de 10.000 a 50.000 hab	LOA		RREO		RGF	
	qt	%	qt	%	Qt	%
Municípios que publicam	28	57,14	7	14,29	4	8,16
Municípios que não publicam	18	36,73	39	79,59	42	85,71
Municípios que publicam parcialmente	3	6,12	3	6,12	3	6,12
TOTAL	49	100,00	49	100,00	49	100,00

Fonte: Elaboração dos autores

No contexto demonstrado na Tabela 3, dentre os municípios com 10.000 a 50.000 habitantes distingue-se que, 57,14% que publicam, que 36,73% não publicam e 6,12% publicam parcialmente a **LOA**. Na coluna **RREO**, 14,29% publicam, e 79,59% não publicam, 6,12% publicam parcialmente. Na coluna **RGF**, 8,16% publicam, e 85,71% não publicam, 6,12% publicam parcialmente.

**Tabela 4** – Frequência de publicação exigida pela Lei de Responsabilidade Fiscal – Municípios amazonenses com população de até 10.000 habitantes.

Municípios até 10.000	LOA		RREO		RGF	
	qt	%	qt	%	qt	%
Municípios que publicam	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Municípios que não publicam	5	100,00	5	100,00	5	100,00
Municípios que publicam parcialmente	0	0,00	0	0,00	0	0,00
TOTAL	5	100,00	5	100,00	5	100,00

Fonte: Elaboração dos autores

No contexto demonstrado na Tabela 4, dentre os municípios até 10.000 habitantes a **LOA** distingue-se, 0% que publicam, que 100% não publicam e 0% publicam parcialmente. Na coluna **RREO**, 0% publicam, e 100% não publicam, 0% publicam parcialmente. Na coluna **RGF**, 0% publicam, e 100% não publicam, 0% publicam parcialmente.

A análise dos dados demonstrou que, entre os municípios obrigados a divulgar suas informações em sítio da Internet, prevaleceu a falta de publicação. A maior frequência de publicação foi verificada com relação à Lei Orçamentária Anual, com percentual de 54%. Para os demais relatórios, o percentual foi de 15,8% quanto ao RREO e 10,5% para o RGF. Portanto, a maior parte desses municípios não publicou, ou publicou parcialmente os demonstrativos.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa objetivou analisar o nível de transparência praticada pelos municípios do Estado do Amazonas, na divulgação de informações sobre contas públicas em ambiente da Internet. Assim, foram descritos os critérios legais sobre a divulgação de informações de contas públicas, identificando-se sítios na Internet usados como veículos para esse fim. A seguir foram demonstradas as principais informações disponibilizadas pelos municípios em sítios da Internet, para se analisar o nível de adequação das informações disponibilizadas aos critérios legais e ao interesse público.

Pelo princípio da publicidade, o processo administrativo deve ser público, acessível ao público em geral. A Lei de Responsabilidade Fiscal contempla o dever de publicação do orçamento, do Relatório de Gestão Fiscal e do Relatório Resumido de Execução Orçamentária.

A análise dos dados demonstrou que, entre os municípios obrigados a divulgar suas informações em sítio da Internet, prevaleceu a falta de publicação. A maior frequência de publicação foi verificada com relação à Lei Orçamentária Anual. Mesmo assim, em percentual ligeiramente superior a 50%.

O baixo nível de publicidade das contas públicas é fator que reduz a participação da sociedade no acompanhamento e fiscalização dos atos do gestor.

Para estudos futuros, sugere-se a avaliação da percepção da população envolvida, quanto ao interesse pela fiscalização das contas públicas.

## REFERÊNCIAS

- AVELINO, Bruna Camargos. **Características explicativas do nível de disclosure voluntário de municípios do estado de Minas Gerais: uma abordagem sob a ótica da teoria da divulgação**. Belo Horizonte, 2013. 178 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis). Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais.
- BEZERRA, Maria do Socorro Coelho; WANDERLEY, Claudio de Araújo. **Transparência na execução orçamentária e financeira: um modelo de investigação para sites web de municípios brasileiros**. IV Seminário UFPE de Ciências Contábeis, Recife, 2010.
- CAMPOS, Anna Maria. **Accountability: quando poderemos traduzi-la para o português?** Revista de Administração Pública, 24(2)30-50, Rio de Janeiro, fev/abr.1990.
- CRUZ, Cláudia Ferreira et al. **Transparência da Gestão Pública Municipal: um estudo a partir dos portais eletrônicos dos maiores municípios brasileiros**. Revista de Administração Pública, v. 46, n. 1, p. 153-76, 2012.
- CRUZ, Cláudia Ferreira *et al.* **Transparência da Gestão Fiscal: um estudo a partir dos portais eletrônicos dos maiores municípios do Estado do Rio de Janeiro**. Contabilidade, Gestão e Governança, v. 12, n. 3, 2010.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- HOCH, Patrícia Adriani et al. **Desafios à concretização da transparência ativa na Internet, à luz da lei de acesso à informação pública: análise dos portais dos Tribunais Regionais Federais**. Revista Direitos Emergentes na Sociedade Global, v. 1, n. 2, 2013.
- KOPPELL, Jonathan GS. **Pathologies of accountability: ICANN and the challenge of “multiple accountabilities disorder”**. Public Administration Review, v. 65, n. 1, p. 94-108, Washington, 2005.
- LOCK, Fernando do Nascimento. **Transparência da gestão municipal através das informações contábeis divulgadas na Internet**. Recife, 2003.111 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis), Universidade Federal de Pernambuco.
- MARTINS, Douglas da Silva *et al.* **A Importância da Implantação do Portal de Transparência Pública na Prefeitura Municipal de Dores do Rio Preto/ES**. IX SEGeT – Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia, Resende – RJ, 2012.
- MATTEI, Rejane Esther Vieira. **As práticas de transparência governamental sobre as contas públicas do Ministério Público de Santa Catarina (MPSC)**. 4º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças e Iniciação Científica em Contabilidade, 2011, Florianópolis.
- MARTINS, Gilberto de Andrade; Lintz, Alexandre. **Guia para elaboração de monografias e trabalhos de conclusão de curso**. São Paulo: Atlas, 2000.

MORAES, Nelson Russo de. **Internet, prestação de contas e transparência na gestão pública municipal**. Salvador, 2012. 154 p. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura Contemporâneas), Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia.

NASCIMENTO, Cristiano do *et al.* **Transparência na Divulgação da Contabilidade Pública Municipal Paranaense no Ambiente da Internet**. XXXVI EnANPAD, Rio de Janeiro, 2012.

NUNES, Gissele Souza de Franceschi et al. **Análise dos instrumentos de transparência contidos na lei de responsabilidade fiscal nos municípios da região sul**. Revista Ambiente Contábil, UFRN, Natal, v. 5, n. 2, 2013.

PINHO, José Antônio Gomes de; SACRAMENTO, Ana Rita Silva. **Accountability: já podemos traduzi-la para o português?** Revista de Administração Pública, 43(6)1343-1368, Rio de Janeiro, nov-dez 2009.

PERARO, Elder Comin. **Gestão de recursos públicos: um estudo na aplicação do princípio da publicidade nos governos municipais da Associação dos Municípios da Região Carbonífera – AMREC. 2012**. Criciúma-SC, 2012. 90 p. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Ciências Contábeis). Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC.

PIRES, Valdemir, *et al.* **Transparência orçamentária municipal via web (TOM Web) após a Lei Complementar 131/09: os casos da Região Administrativa Central do Estado de São Paulo – 2010**. Encontro de Administração Pública e Governança-ANPAD. Vitória, 2010.

PLATT NETO, Orion Augusto *et al.* **Publicidade e transparência das contas públicas: obrigatoriedade e abrangência desses princípios na administração pública brasileira**. Contabilidade Vista & Revista, v. 18, n. 1, 2007.

PRADO, Otávio; LOUREIRO, Maria Rita Garcia. **Governo eletrônico e transparência: avaliação da publicização das contas públicas das capitais brasileiras**. Revista Alcance, v. 13, n. 3, p. 355-372, 2006

RAUPP, Fabiano Maury; AGOSTINETO, Raquel Crestani. **Investigando a prestação de contas em portais eletrônicos de câmara municipais**. In: Anais do Congresso de Controladoria e Contabilidade da Universidade de São Paulo, SP, Brasil. 2010.

RAUPP, Fabiano Maury; BEUREN, Ilse Maria. **Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais**. In: BEUREN, Ilse Maria (Org.). Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2004

RAUSCH, Rita Buzzi; SOARES, Maurélio. **Controle social na administração pública: a importância da transparência das contas públicas para inibir a corrupção**. Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPEc), v. 4, n. 3, p. 23-43, 2010.

SANTANA JÚNIOR, Jorge José Barros de *et al.* **Modelos de investigação dos níveis de transparência fiscal eletrônica dos poderes e órgãos governamentais.** Congresso USP de Controladoria e Contabilidade. 2009.

SANTOS, Carlos Soares dos. QUELHAS, Osvaldo L. G. **O que é transparência governamental?** VIII congresso nacional de excelência em gestão, 2012, Rio de Janeiro.

SOUZA, A. A. et al. **Evidenciação contábil nos municípios mineiros:** atendimento ao artigo 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal. In: Anais do Congresso Brasileiro de Contabilidade. 2008.

TAMER, Carla Macedo Velloso dos Santos *et al.* **Avaliação da Aderência aos Critérios Internacionais de Divulgação de Contas Públicas:** Análise do Portal de Transparência da Prefeitura Municipal de Manaus. In: III Congresso Nacional de Administração e Ciências Contábeis–AdCont 2012.

---

<sup>1</sup> Recebido em 24.10.2014. Recomendado para publicação em 02.03.2015. Publicado em 27.12.2015